

## REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NUM QUILOMBO PELO VIÉS DA HISTÓRIA ORAL<sup>1</sup>.

REIS, Maria Clareth Gonçalves<sup>2</sup> – UFF

GT: Afro-brasileiros e Educação / n.21

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

### Introdução

Este artigo tem por finalidade mostrar alguns elementos que me levou a compreender como moradores de uma comunidade remanescente de quilombo se percebem diante da discriminação e do preconceito racial. Procura também apresentar algumas evidências que revelam a percepção de moradores no que se refere à construção de sua identidade negra. Essa compreensão parte da discussão sobre o significado de quilombo, na atualidade, onde procuro contextualizar o estudo para esclarecer questões concernentes à construção identitária daquele grupo social.

A opção metodológica foi pela etnografia, visto que essa abordagem se "refere ao estudo do modo como os indivíduos constroem e compreendem as suas vidas cotidianas" (Bogdan & Biklen, 1994, p.60). Nessa perspectiva recorri ao **estudo de caso** de uma comunidade remanescente de quilombo, utilizando alguns instrumentos tradicionalmente ligados à etnografia, como a **observação participante** e a **entrevista não estruturada**. É importante acentuar que, neste estudo, também lancei mão de **fotografias**, de modo a apoiar a compreensão dos contextos em que os sujeitos da investigação se situam. Para isso, recorri a alguns autores como Loizos (2001), Guran (2000), Bittencourt (1998), Samain

---

<sup>1</sup> Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado, defendida em janeiro de 2003, através do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. O projeto desta pesquisa foi premiado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Ação Educativa e Fundação Ford, através do II Concurso Negro e Educação.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Foi bolsista do II Concurso Negro e Educação organizado pela Anped, Ação Educativa e Fundação Ford. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

(1998), Novaes (1998), entre outros, que discutem a importância do uso da fotografia na pesquisa.

## O estudo e o seu contexto

Embora muitos séculos tenham se passado, a idéia de quilombo ainda continua presente na sociedade brasileira, porém recontextualizada e com sentido novo. De acordo com O'Dwyer (1995), a discussão que norteia os novos significados de *quilombo* teve o seu início em outubro de 1994, em reunião realizada pelo Grupo de Trabalho da Associação Brasileira de Antropologia, quando foi elaborado um documento contendo posições sobre os diversos significados de quilombo. Conforme o documento, o termo quilombo adquiriu novos significados na literatura e também para os grupos, indivíduos, associações, além de organizações. Esse documento era destinado ao Seminário das Comunidades Remanescentes de Quilombos, promovido pela Fundação Cultural Palmares, pois estava em pauta a aplicação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição Federal, que “confere às Comunidades Remanescentes de Quilombos o direito ao Título de Domínio de posse das terras que ocupam” (Revista Palmares, 2000). Apesar das diversas discussões em busca de um novo conceito de quilombo, o que se percebe é que nenhum conceito fechado ficou determinado, pois, por ser um assunto muito polêmico, o debate deveria continuar. Dessa forma, o conceito de quilombo ainda continua em construção.

Para auxiliar-me nessa investigação, utilizo o conceito proposto por O'Dwyer (2000), que, de acordo com a minha avaliação, melhor atende ao trabalho realizado na Chacrinha dos Pretos. Para essa autora, “essas comunidades não são resíduos ou resquícios arqueológicos, nem grupos isolados de uma população extremamente homogênea” (O'Dwyer, 2000, p. 14). Para ela, quilombos surgem novamente ou “são descobertos”, contemporaneamente, com um novo conceito, bastante diferente do conceito clássico. O quilombo, hoje, não está isolado do restante da população e nem sempre a sua formação decorre de “insurreições ou rebelados”. Um dos objetivos da formação de quilombos, na atualidade, é a luta ou a resistência procurando a manutenção da cultura. Essa perspectiva permite pôr em relevo a importância dos processos de construção da identidade, considerando as características peculiares a cada grupo.

De acordo com Mesquita (2000), essas comunidades se constituíram através de diferentes formas de ocupação da terra por grupos de escravos ou ex-escravos, “não

necessariamente as do ‘modelo’ de quilombo materializado pela experiência de Palmares, escravos que, através da fuga, criaram comunidades isoladas geograficamente” (p. 59). A formação dessas comunidades advém de doações, alforrias, heranças, compra de terras por escravos alforriados, entre outras situações. No caso da Chacrinha dos Pretos, comunidade por mim investigada, segundo relato de alguns moradores mais velhos, a terra foi adquirida por meio de uma herança deixada pelo último proprietário da fazenda a uma ex-escrava, “tomada como sua esposa” e por ele emancipada.

Por força do preconceito racial e social, os milhares de descendentes de quilombolas têm vivenciado, ao longo dos séculos, todo tipo de conflito na sociedade brasileira. Somente após cem anos da “Abolição” da Escravidão é que surgem, por exemplo, os artigos 215 e 216 da Constituição, que tratam de “questões relativas à preservação dos valores culturais da população negra”, elevando “a terra dos remanescentes de quilombos à condição de Território Cultural Nacional” (Revista Palmares, 2000, p. 7). Esses artigos determinam a posse das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

A Fundação Cultural Palmares – FCP - tem hoje um importante papel na consolidação desses artigos, cabendo à instituição a tarefa de praticar e assinar atos necessários ao cumprimento do artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias. Através de dados divulgados pela FCP, até o ano de 2000, 743 Comunidades Remanescentes de Quilombos já foram identificadas, 42 reconhecidas e 29 tituladas. O processo de titulação envolve identificação, estudo antropológico, delimitação topográfica, levantamento cartorial e demarcação. Em Minas Gerais, estado onde se situa a investigação, 66 comunidades remanescentes de quilombos já foram mapeadas pela FCP .

A comunidade investigada, Chacrinha dos Pretos, está situada a 8 Km de Belo Vale (MG), com aproximadamente 145 moradores e 35 famílias, sendo a maioria de seus habitantes composta por adolescentes e jovens. Essa comunidade já passou pelo processo de sistematização, coordenado pela Fundação Cultural Palmares. Para chegar à titulação, será necessário percorrer alguns caminhos; entre eles, a realização de laudos que apresentem detalhes sobre as características da comunidade. As informações devem apresentar dados detalhados referentes à identidade étnica da população, à sua formação,

grau de parentesco, área ocupada, aspectos culturais e econômicos. Somente após a identificação dessas características é que a FCP poderá dar início ao processo de titulação. De acordo com a FCP, além do processo de titulação, essa instituição, juntamente com outros órgãos gestores dos governos federal, estadual e municipal, pretende buscar a implementação de “projetos de desenvolvimento local (cultural, econômico e social), que promovam a auto-sustentabilidade das comunidades” (Santos, 2000, p. 8). Esse apoio é imprescindível para que a comunidade possa usufruir os benefícios advindos da titulação recebida. Além disso, os moradores de comunidades como a Chacrinha dos Pretos não têm acesso a cursos, oficinas ou outros meios pelos quais possam aprender atividades que possam lhes trazer um retorno não só econômico, mas também cultural e social.

Na elaboração dos laudos periciais, entre os vários aspectos considerados por Rodrigues (2000) como pré-requisitos para a concretização da titulação, destaco os “dados históricos da comunidade”, ou seja, a formação histórica daquele grupo social. No que se refere aos dados históricos da comunidade Chacrinha dos Pretos, pude perceber que grande parte dos moradores desconhece a história do seu local de origem. Foi somente a partir de 1997 que um grupo de estudantes do município de Belo Vale, com a participação de dois moradores da Chacrinha e com o apoio da professora de História da Escola Estadual de Belo Vale, iniciou as primeiras investigações a respeito da história da comunidade. O interesse desse grupo de alunos surgiu devido à presença de “imponentes ruínas” ali localizadas. O fato de os moradores mais jovens não conseguirem dizer “o que poderia ter sido no passado esse conjunto de tão bela e rústica arquitetura”<sup>1</sup> também contribuiu para a realização do processo investigativo. Parte desse trabalho, conforme citação abaixo, mostra a importância de sua realização:

Decifrar esse enigma é de tão grande importância porque conhecendo melhor o passado entendemos melhor o presente e assim poderemos, inclusive, transformar o futuro. Segundo a tradição oral, repassada pela família do Sr. Antônio Rezende, essas ruínas são de uma fazenda construída em meados do séc. XVIII (1752) e pertenceu a um português, José de Paula Peixoto, conhecido pelo pseudônimo de Milhão e Meio por possuir essa fabulosa fortuna em moedas de ouro e prata. Solteiro, Milhão e Meio, tomou uma de suas escravas para esposa e, como não possuía descendentes, seus bens (dinheiro, terras e escravos) com o seu falecimento, ficaram para essa escrava “esposa” que então alforriou todos. (Trabalho

---

<sup>1</sup> “Inventário de proteção do acervo cultural, histórico e arqueológico das ruínas da fazenda Chacrinha dos Pretos, no município de Belo Vale – Minas Gerais” (Trabalho realizado pelos alunos, p. 2, 1997).

realizado pelos alunos, 1997).

A partir dos relatos dos moradores e de suas observações, constatei, também, que são exatamente as ruínas da fazenda que mais despertam o interesse de visitantes. A presença de uma pedra, com a data de 1752, levou muitos a deduzirem que esta pode ser a “pedra fundamental da fazenda”. Embora isso seja tomado por moradores e visitantes como verdade, são apenas hipóteses, pois não há registros escritos relativos ao período. Aliás, toda a história que se sabe, até hoje, sobre a origem daquela comunidade foi construída oralmente.

Além da presença das ruínas, outros artefatos ainda se encontram na comunidade, entre eles dois potes de argila, usados como cuscuzeira. Esses potes pertenceram à bisavó de Rafael (portador da história oral do local, no dizer de alguns). Existem, ainda, um cadeado de ferro, cujas características levam a crer que pertenceu à fazenda que ali existiu, e uma trapizonga (pedra de moinho) que, conforme relato de moradores, foi utilizada pelos escravos. Ainda, segundo moradores, muitos objetos foram levados do local, especialmente em 1914, época em que parte da fazenda foi ocupada pela Estrada de Ferro Central do Brasil com o objetivo de construir um trecho da ferrovia. Naquele período a casa ainda possuiria muitas peças de sua mobília original, além de quadros, imagens de santos, vasilhas de prata e de ouro, entre outros objetos de valor. Em entrevista realizada com o Rafael sobre a vinda dos construtores da Central do Brasil, ele diz: *“eles carregaram muitos objetos de valor daqui da fazenda, dizendo que aqui era assombrado, e a população, com medo, né!(...) enquanto isso, eles aproveitaram e levaram as coisas...”* (Entrevista n.º 05, 22/01/02). Em sua opinião, isso ocorria porque os habitantes não tinham a noção do valor daqueles objetos. Assim, deixavam estranhos tomarem posse sem saber o motivo que despertava o interesse por coisas tão “antigas”.

A presença das ruínas apresenta um certo significado na vida dos moradores, até mesmo daqueles que não conseguem entender bem o motivo de tantas visitas e de reportagens sobre aqueles “muros caídos”, no dizer de alguns. Em visitas a Vó Domingas, uma das moradoras mais idosas da comunidade e, segundo ela própria, neta de escravos, compreendi que as ruínas têm um significado diferente para algumas pessoas mais velhas, principalmente aquelas que tiveram a oportunidade de ver os muros ainda erguidos.

No início das visitas, Vó Domingas evitava falar das ruínas da fazenda, de seus antepassados e da escravidão. Geralmente, quando se tratava desse assunto, ela dizia que já estava velha, que a memória já não funcionava mais. Porém, durante a investigação, comecei a perceber que falar do seu passado a deixava triste e angustiada. Esses sentimentos eram o seu motivo de não querer lembrar o passado, uma época sofrida que deixou marcas irreversíveis. Assim, no decorrer das observações, pude compreender a razão do “não funcionamento” da memória de Vó Domingas.

Entretanto, chegou um momento na história daquela comunidade em que as ruínas começaram a atrair estudantes, professores, pesquisadores, repórteres de jornais e televisão, entre outros. Aquelas ruínas, com a história que carregam, cujo passado era evitado por Vó Domingas, começaram a ter expressividade. A partir daí, Vó Domingas passou a compreender a importância de seus relatos para a preservação da memória do local e, ainda acanhada, começou a narrar alguns acontecimentos, entre os quais os relativos à sua infância:

*“...antigamente as casas era tudo de sapé. O pessoal ia pro mato, cortava pau pra fazer as casas, que era toda barriada e envairada. Eles amarrava as varas com cipó. Tudo era na base do pau, vara e cipó... A casa do Vô Chagas só tinha quatro cômodos e também era de sapé. Era uma casa firme(...)mas, um dia, veio um vento muito forte e derrubou a casa. A parede da casa caiu “direitinho”, ficou toda deitada no chão, porque era toda amarrada, mas os paus estavam podres e gastos e foi por isso que ela caiu...”*

Vó Domingas falou, também, das ruínas:

*Passei muito tempo sem ir pro lado das ruínas e, quando eu fui lá, fiquei boba de ver os trem tudo acabado. Era até bonito quando tava tudo em pé. Nós ia lá pra fazenda brincar, cantava roda. Era muito menino naquele tempo. A fazenda era grande, mas não tinha nada, nem um banco, nem uma mesa, nem fogão, nem cama, não tinha nada. Ficou parado, aí começou a cair. Aí tinha um que morava lá: o Beijo, casado com a Jacinta. Desmancharam a casa, tiraram as telhas: ‘Ah, vamos repartir essas telhas’. Tirou pro Vô Chagas, pro Beijo, pro Ramiro. Sei que cada um fez sua casa. (Entrevista nº 16, 09/04/02).*

Hoje, Vó Domingas dá entrevistas para pesquisadores e, principalmente, para jornais e televisão, permitindo a transmissão de sua imagem através de fotografias ou filmagens. As suas histórias são relatadas sem timidez e com muita espontaneidade, embora ainda permaneça uma certa melancolia no fundo do seu olhar. Mesmo assim, é perceptível a satisfação que ela demonstra na sua fala.

Como afirma Carvalho (2000), por meio das entrevistas obtêm-se “... certos ingredientes da memória oral, da história oral, da movimentação geográfica, ingredientes esses que poderão ser utilizados mais diretamente num confronto mais instrumental, pois cabem mais facilmente à formulação de laudos, e podem conferir com a documentação da época gerada por historiadores e viajantes” (Carvalho, 2000, p. 61). Os laudos da Fundação Cultural Palmares, por exemplo, reconhecem a importância das histórias narradas pelos moradores, especialmente daqueles mais velhos, pois tiveram a oportunidade de testemunhar cenas da época ou de ouvir relatos dos familiares que os antecederam.

Para o registro das histórias orais pude tirar partido de um hábito, relativamente comum numa das famílias daquele local: bater papo à noite, à beira do fogão a lenha. Nessas ocasiões conversam sobre vários assuntos, especialmente sobre “casos” do passado. Esses “casos”, geralmente, são ouvidos com muita atenção e respeito pelas crianças, pela família e pelos visitantes. Tive a oportunidade de participar de algumas dessas conversas e gravá-las. Durante essas conversas foram narradas histórias sobre a Chacrinha, especialmente pelo Sr. Zé Dias, onde elementos referentes à constituição identitária de moradores daquele grupo social foram revelados.

Num desses encontros, o Sr. Zé Dias falou sobre a origem do nome da comunidade. De acordo com ele, o nome do local, “Chacrinha”, é decorrente de uma chácara que existia na fazenda com uma grande variedade de frutas, como jabuticaba, manga, abacate, laranja, mexerica, etc. O nome usado anteriormente era “Chácara”, como confirma o Sr. Zé Dias: *“os antigos mesmos falava era Chácara dos... Chácara dos... negros? (Rafael, o seu neto interfere: “dos Pretos”). É, dos Pretos, Chácara dos Pretos. Mas tem muitos aí que não acham graça falar isso, não, mas eu não incomodo, não”* (Entrevista nº 07, 11/02/02)

Perguntei ao Sr. Zé Dias por que os moradores da comunidade não gostam do nome “Chácara dos Negros ou dos Pretos”. A sua resposta foi a seguinte: *“Ah! Tem uns que não gostam, não, sabe por quê? Porque é negro, porque a turma, o pessoal daqui é tudo negro mesmo, né? Agora foi, assim, entrando, assim, claro (refere-se às pessoas brancas que se casaram com pessoas de sua família), né, na família, aonde que pintou um bocado, né? (dá risadas). Mas, é tudo negro mesmo, é crioulo mesmo, é Chacrinha dos Pretos,*



*mesmo*” (Ibid).

Essa questão que envolve uma aparente polêmica sobre o nome do local está diretamente ligada ao fato de o indivíduo “dizer-se negro”, expressão usada por Silva (1987) em seu trabalho realizado em Limoeiro (RS) sobre Formação da Identidade e Socialização. Esse trabalho confirma que a negação da identidade negra ocorre, também, em outras comunidades. Conforme aponta a autora:

Os negros de Limoeiro se sabem negros. No recinto da casa familiar, podem até se tratar de negros, mas fora se dizem e consentem ser tratados de morenos. A denominação moreno é aceita com constrangimento tanto pelo que diz como pelo que ouve, já que é ambígua e por isso mesmo preconceituosa, além de mostrar que os traços físicos são reveladores da identidade étnica que se quer escamotear. (Silva, 1987, p. 146).

Embora a Chacrinha dos Pretos esteja inserida num contexto específico, a questão do “dizer-se negro” também surge, expondo o conflito racial vivido por moradores dessa comunidade, evidenciado através da negação de sua identidade negra. Isso decorre do racismo que “descreve as crenças e atos que negam a igualdade fundamental de todos os seres humanos em função de diferenças percebidas de raça, cor ou aparência” (Nascimento e Nascimento, 2000, p. 20). O negro é visto como “diferente” e a marca dessa diferença está, principalmente, na sua cor. Essa “diferença” aumenta ainda mais o índice de rejeição e discriminação por parte de muitos brancos, que ainda vêem os negros como “seres inferiores”. A negação da identidade negra por alguns moradores da Chacrinha advém da ação do racismo no cotidiano daquelas pessoas, sendo, muitas vezes, manifestado por determinados dirigentes municipais, por professores ou colegas. A opção pela negação de sua verdadeira identidade é o caminho encontrado por esses moradores, já que a sua afirmação poderá causar transtornos e sofrimentos. Diante disso, é extremamente difícil para eles assumirem uma identidade racial étnica.

Carvalho (2000) colabora na compreensão do sentimento daqueles moradores diante da forma como são vistos pela sociedade, afirmando que:

Como vocês sabem, nem todos os quilombos se vêem da maneira como são vistos pela sociedade branca que os cerca; nem todos se vêem como africanos negros, descendentes de escravos. Há muitas diferenças nas maneiras que eles têm de imaginar o seu papel. Se eles estão negando que são ‘descendentes de africanos’ terão suas razões para tanto e cabe a nós registrar as suas razões no momento em que são incluídos como cidadãos.

(Ibid., p. 62-63).

Em entrevista realizada, uma das moradoras da Chacrinha dos Pretos relata o seguinte acontecimento: *fomos numa festa, em Belo Vale, e todos debocharam da gente, dizendo: “isso tudo é descendente de escravo”* (Entrevista n.º 01, 11/12/01) A expressão, dita por essa moradora, demonstrou uma certa angústia na sua narrativa, inclusive revelando que esse sentimento não era somente dela, e sim de todos os presentes naquela festa. Eles se sentiram ofendidos por terem sido denominados de “descendentes de escravos”.

O fato de moradores não se perceberem como descendentes de escravos pode ser compreendido de diversas maneiras. Uma delas está ligada à forma de tratamento dada aos escravos. Eles não eram vistos como pessoas, mas como “peças” ou “coisas”. Eram submetidos a maus tratos, à violência, à crueldade e à tortura, prevalecendo um total desrespeito à sua dignidade. Diante da posição a que os escravos eram violentamente submetidos, é compreensível que muitos moradores dessas comunidades neguem a sua descendência.

Assim, a construção dessa percepção é algo que demanda múltiplos elementos, dentre os quais mais discussões e mais contato com esse outro lado da história, para que aqueles moradores possam entender estas manifestações racistas por parte da sociedade. E, posteriormente, juntos, exigir mais respeito à sua dignidade, pois os negros também têm direitos, não só civis, como políticos e, somente tomando posse desses direitos é que eles se tornarão autênticos cidadãos. Porém, é compreensível que aqueles moradores ainda não tenham elementos suficientes para uma melhor compreensão da questão racial, pois somente há cinco anos foi iniciada a discussão sobre os aspectos da história de seus antepassados. O contato com essa história despertou em moradores questionamentos e reflexões sobre a construção da identidade étnica, contribuindo não somente para a afirmação de sua identidade negra, como também para a sua negação.

Às dificuldades de construção da identidade negra acrescenta-se ainda a questão dos padrões estéticos que classificam o branco como símbolo da beleza. Diante disso, fica muito difícil para os negros assumirem uma identidade racial ligada às suas raízes étnicas. O resultado é que grande parte da população negra se sente reprimida e insegura em se reconhecer como negra. Para o negro, no exercício de seu cotidiano, assumir a negritude

significa assumir uma luta feroz contra o peso massacrante de toda a sociedade. É ser, agir e pensar ininterruptamente contra as mais desveladas ou disfarçadas formas de discriminação. É assumir uma condição desgastante de enfrentamento, o que o leva, muitas vezes, a “negar” a sua verdadeira identidade como forma de autodefesa psicológica e social.

Nascimento e Nascimento (2000) afirmam que “mais do que a rejeição da cor da pele de um povo, o racismo se constitui na negação da história e da civilização desse povo...” (Nascimento e Nascimento, 2000, p. 18). Historicamente, as estratégias de dominação de um povo sobre outro incluem a tentativa de destruição da cultura do povo dominado. Ao negro tem sido negado o direito da expressão cultural das suas origens, principalmente de suas crenças religiosas. Souza (1983) aponta a dificuldade da construção identitária do negro, o que se confirma em Costa (1983) que destaca a “violência racista” a que ele é submetido, o que emperra esse procedimento, pois “a violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro” (Costa, 1983, p. 2). Nessa violência, inclui-se, também, a tentativa de destruição da sua história e do seu passado. Como exemplo, cito a queima de documentos que registravam fatos históricos da população negra, autorizada por Rui Barbosa, em 1889 (Revista Palmares, 2000). Este foi um ato extremo de violência simbólica, já que a construção da identidade de um povo depende, também, do conhecimento dos seus antecedentes históricos.

Conforme documenta Nascimento e Nascimento (2000), a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, promulgada pelas Nações Unidas e ratificada pelo Brasil, África do Sul e pelos Estados Unidos, define a discriminação racial como

(...) qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em condições iguais, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e qualquer outro da vida pública. (Nascimento e Nascimento, 2000, p. 20).

O racismo pode também ser visto como um “padrão de comportamento das pessoas, grupos ou instituições” (Nascimento e Nascimento, 2000, p. 20). As ações

racistas praticadas pelas pessoas pertencentes a um determinado grupo, mesmo que não sejam intencionais, são também discriminatórias.

Diante do exposto, acredito que uma das formas de combater o racismo e a discriminação racial é fazer com que a sociedade reconheça as conseqüências desse tipo de prática para si própria, pois grande parte do seu potencial de desenvolvimento estará reprimida. A busca da população negra pela defesa de seus direitos como seres humanos “iguais” e não “inferiores” é parte desse processo, sendo portanto, imprescindível para desmistificar idéias e pressupostos que deram origem ao preconceito racial.

A discriminação racial presente em nossa sociedade interfere, cotidianamente, na construção da identidade racial da população negra. Para exemplificar isso, Sônia, uma das moradoras da comunidade Chacrinha dos Pretos relata alguns momentos vividos por ela desde a quinta série, período em que começou a freqüentar a Escola Estadual Vinícius de Moraes, em Belo Vale. Conforme relatos de Sônia, o lugar é duplamente discriminado, primeiro por ser uma comunidade negra e segundo por ser rural. O que tem maior peso, nesse caso, é a questão racial, conforme ressalta nesta fala:

*“...se tem uma festa aqui na Chácara, é um dos lugares que vem menos gente é pra festa aqui na Chácara. Por quê? Porque eles falam que todo mundo aqui é preto. É igual eu tô falando, tem branco que não gosta de preto. E é onde eles não vem de lá pra cá, nas festas. Na Boa Morte, se tem uma festa na Boa Morte, Boa Morte fica cheio, fica superlotado de gente. Por quê? Porque lá tem branco, lá tem negros, lá é uma mistura de povos e aqui na Chácara não, a maioria é negro e muitas pessoas não saem dos outros lugares pra não vir pra cá, porque fala assim: ‘Ah não, chegar lá eu vou namorar com uma menina preta!’ Então é onde muitas pessoas não vem e esta discriminação, igual quando chega em Belo Vale, aí chega o ônibus do pessoal da Chacrinha, aí todo mundo fala: ‘Nó, olá, o ônibus do pessoal da Chacrinha dos Pretos já tá chegando’. Porque a comunidade é mais é...é descendência de escravos, né? É onde a maioria do pessoal é negro, a maioria é...são raças negras mesmo...” (Entrevista nº. 3,10/02/02).*

A relação dos moradores da zona urbana de Belo Vale e de outras comunidades com a Chacrinha evidencia a questão da discriminação contra o local, por haver a predominância de negros. A atitude dessas pessoas confirma a discriminação racial, demonstrando, também, sua falta de entendimento sobre o significado de “ter sido escravo”, de estar morando numa comunidade negra que tem uma história rica de

acontecimentos os quais, ainda que com marcas pouco conhecidas, fazem parte da história do povo brasileiro.

Os motivos para o não comparecimento de pessoas de outras comunidades às festas da Chacrinha, conforme relata Sônia, evidencia também os fundamentos da ideologia racial.

Essa ideologia, elaborada no século XIX e meados do século XX, tem como característica o “ideal do branqueamento” (Munanga, 1999; D’Adesky, 2001), que surge para fortalecer a mestiçagem no Brasil, tendo como conseqüência a busca do embranquecimento da sociedade e, por conseguinte, a desvalorização da raça negra. A ideologia racial reforça a homogeneização da sociedade, estimulando a assimilação da cultura branca pelos negros. O ideal do embranquecimento favorece a alienação e dificulta a construção de uma identidade negra numa sociedade que tem a manutenção da cor branca como aspiração. Nesse sentido, para se ajustarem, os negros, tomados como “os outros”, têm que “se adaptar”, seguindo um modelo externo de cultura e seus requerimentos. Conforme Silva (2000b), numa sociedade em que a população no poder é composta por brancos, a identidade branca é vista como “desejável”, como “única”, de força tão grande que não é vista apenas como uma identidade possível, mas como “a identidade”.

Conforme afirma Munanga (1999), apesar do fracasso deste processo de branqueamento, “seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro...” (ibid, p.16). Essa ideologia pode contribuir para compreensão do motivo das festas realizadas na Boa Morte obterem sucesso e as festas na Chacrinha ficarem vazias.

Outro episódio vivenciado por Sônia na escola ocorreu na sexta série, conforme relato abaixo:

*“Na sexta série eu fui muito discriminada na sala de aula. Desde o primeiro dia que eu cheguei na escola, na sexta-série, que eu já percebi que a professora já foi me discriminando assim a partir do momento que eu cheguei dentro de sala e ela só passou a reconhecer que eu era assim inteligente, que eu tinha é... educação, porque muitas pensam que negro não tem educação, que às vezes não conhece a pessoa e já vai falando: ‘Nó, essa pessoa não presta porque é negro’ e isto aconteceu comigo, porque eu só passei a ser valorizada dentro de sala, devido às notas boas que eu comecei a tirar na sexta série e ela separava a turma e colocava os da cidade, ou seja, da cidade de Belo Vale eles colocavam na frente e eu como era negra... me colocou lá atrás, como se fosse uma exceção da sala e eu fiquei muito triste porque eu acho que todos devem ser tratados da*

*mesma maneira, seja branco, seja preto, seja mulato, seja cafuzo, acho que todos têm o seu jeito de pensar...*” (Entrevista Nº. 3, 10/02/02).

O motivo de a professora ter colocado Sônia nos últimos lugares da sala, conforme ela mesma relata, tem dois significados: um deles diz respeito ao fato de ela não ser moradora da cidade e o outro, na sua interpretação, ao de ser negra.

No caso de Sônia, apesar de ter sofrido bastante, ela conseguiu superar esse acontecimento em sua vida escolar, inclusive enfrentando a professora. Porém, sabemos que as pessoas têm características distintas, sendo, por exemplo, umas mais extrovertidas que outras.

Diante dessa reflexão, fico imaginando quantas crianças não devem estar passando por uma situação semelhante à vivida por Sônia, sem ter forças suficientes para enfrentá-la. Então o que lhes resta é aceitarem, caladas, o sofrimento que as exclui do grupo, da sociedade e da vida. A escola, nesse caso, está invertendo o seu papel: ao invés de incluir, está excluindo e fazendo com que a criança se sinta, cada vez mais, insegura, tímida, oprimida, com medo e vergonha de ser negra. Assim, a opção da criança pelo silêncio vem ao encontro da negação de sua identidade racial.

A discriminação racial praticada contra os negros é freqüente na sociedade brasileira, inclusive na escola, conforme o acontecimento narrado. O negro é visto como “diferente” pela cor, aparência, traços físicos, etc. Se ele assume a sua identidade negra, é criticado, desrespeitado e rejeitado pelos brancos, que acham que, para ser valorizado e visto como “gente”, o negro tem que se “igualar” aos brancos. O caso da filha de uma amiga de Sônia, também moradora da Chacrinha, confirma o que eu disse anteriormente.

De acordo com Sônia, essa garota, que havia iniciado a quinta série na escola de Belo Vale, foi vítima de muito deboche por parte dos colegas por causa dos penteados usados nos cabelos, ou seja, ela usava trancinha, do tipo africana. Sônia, condoída pela menina, avisou à mãe da garota o que estava acontecendo com a filha dela no colégio. A mãe apenas disse: *“Ah, não! Pode deixar que eu vou arrumar o cabelo dela”*. E a mãe começou a alisar o cabelo da garota, que, a partir daí, passou a ser aceita pelos colegas, pois começou a usar arquinhos e fazer penteados conforme as colegas de cor branca faziam. Como disse Sônia, *“aí eles já começaram a vê-la de maneira diferente”*. Essa situação, manifestada na escola, tão comum na sociedade brasileira mostra o quanto a cor da pele e o

tipo do cabelo interferem na inclusão social. Conforme discute Gomes (2002): “Nesse processo, o entendimento do significado e dos sentidos do cabelo crespo pode nos ajudar a compreender e desvelar as nuances do nosso sistema de classificação racial o qual, além de cromático, é estético e corpóreo” (p. 07). Esse conflito vivido pelos negros, especialmente em relação ao cabelo e à cor da pele, exerce grande influência sobre a construção de sua identidade negra, pois são impostos pela elite branca padrões de beleza que os negros acabam assumindo para serem aceitos como “iguais”. Isto confirma que a identidade é um constante vir a ser, é impulsionada e ao mesmo tempo delimitada pelo *lócus societário*, numa constante tensão entre a transformação e a conservação.

Em relação aos processos de construção identitária do grupo social pesquisado, pude perceber que a comunidade, apesar de ter demonstrado a existência de conflitos em relação à sua própria identidade, manifestou, ainda que inconscientemente, algumas situações que evidenciaram a existência de processos que contribuem para a constituição de sua identidade negra. Duas situações por mim observadas e consideradas como marcantes no processo identitário daquele povo, ilustram o meu entendimento a respeito da ação inconsciente praticada por moradores da comunidade. Por ser remanescente de quilombo, a comunidade tem recebido vários jornalistas interessados em conhecer e divulgar a sua história local. A chegada desses jornalistas, geralmente, desperta a atenção dos moradores, especialmente das crianças que, juntamente com o guia da Associação de Moradores, os acompanham em todos os pontos que marcam a origem da comunidade. As informações que os guias transmitem aos jornalistas são ouvidas também pelas crianças.

As histórias que lembram a origem da Chacrinha, contadas pelos mais velhos, também exemplificam ocasiões que favorecem a construção identitária das crianças, já que, nesses momentos, a sua cultura está sendo reconstituída. Essas situações por mim observadas ocorreram nos instantes em que esses moradores estavam sendo entrevistados pelos jornalistas ou por pesquisadores, como no meu caso. Isso demonstrou que a presença de pessoas que não moram na comunidade, mas se interessam pela história do local, possibilita às crianças não somente a oportunidade de conhecer aspectos de sua própria história, mas, acima de tudo, maior valorização deles. Além disso, colabora para o fortalecimento e a reconstituição da história oral, a partir do momento que incentiva, nos moradores o retorno ao passado através da memória.

Essas situações confirmam que a identidade negra não deve ser compreendida como algo constituído; pelo contrário, ela é uma construção, e deve ser percebida como um “processo identitário”. Hall (apud Kreutz, p. 81, 1999) reforça essa concepção argumentando que “a identidade étnica vai se reconstituindo e reconfigurando ao longo do processo histórico. Não se pode entendê-la como algo dado, definido plenamente desde o início da história de um povo”. (Ibid., p. 82). O estudo desenvolvido pelo grupo de alunos com o objetivo de conhecer a história da Chacrinha, a presença de visitantes, jornalistas e pesquisadores elevaram a auto-imagem de moradores que, há alguns anos, se sentiam ofendidos ao serem apontados como “descendentes de escravos”. Hoje, essa denominação adquiriu um outro sentido, contribuindo para uma afirmação positiva da identidade de alguns moradores da comunidade.



## 5- Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Luciana Aguiar. In: **Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais**. Bela Feldman-Bianco, Miriam L. Moreira Leite (orgs.). Campinas, SP: Papyrus, 1998.

BOGDAN & BIKLEN. **Investigação Qualitativa em Educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora. Coleção Ciências da Educação. Porto – Portugal, 1994.

CARVALHO, José Jorge de. **Revista Palmares**, Brasília, DF, n. 5, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. In: **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social –Rio de Janeiro – Edições Graal, 1983 – Coleções Tendências; v. 4.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Cabelo e cor da pele**: uma dupla inseparável. Artigo apresentado como trabalho no II Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros. São Paulo. Universidade Federal de São Carlos, agosto, 2002.

GURAN, Milton. A fotografia no campo. **Revista Palmares**, n. 5, Brasília/DF, 2000.

KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 107, jul., 1999.

LINHARES, Luis Fernando Rodrigues. Organização Econômica dos Quilombos. **Revista Palmares**, n. 5, Brasília/DF, 2000.

LOIZOS, Peter. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. BAUER, Martim e GASKELL, George (orgs.). Tradução de Pedrinho A. Guareschi, Petrópolis: Vozes, 2002.

MEDEIROS, Andréa Borges de. Infância (des) velada: um estudo sobre processos de construção de identidade de afro-descendentes. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2001.

MESQUITA, Cláudia. Morte e vida quilombola. **Revista Palavra**, maio, 2000.

MUNANGA, Kabengele. Conceitos e categorias na área do Negro e Educação. I SEMINÁRIO DO II CONCURSO NEGRO E EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro. **Conferência...** Rio de Janeiro: ANPED, 2001.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. NASCIMENTO, Elisa Larkin. Enfrentando os termos: O significado de raça, racismo e discriminação racial. **Revista para além do racismo: Abraçando um futuro interdependente**. Estados Unidos, Brasil e África do Sul, jan. de 2000.

NOVAES, Sylvia Caiuby. In: **O fotográfico**. SAMAIN, Etienne (org.). São Paulo: Hucitec, 1998.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Revista Palmares**, n. 5, Brasília/DF, 2000.

\_\_\_\_\_. **Terra de quilombos**. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia, 1995.

REVISTA PALMARES. Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura. Brasília, DF,

n.5, 2000.

RODRIGUES, Geisa de Assis Rodrigues. Procedimentos Judiciais. . **Revista Palmares**, n. 5, Brasília/DF, 2000.

SAMAIN, Etienne. **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Murilo da Costa. Apresentação. In: **Revista Palmares** – Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura. Brasília, DF, n. 5, p. 7-8, 2000.

SILVA, Ivo Fonseca. Mapeamento e Sistematização das Áreas de Remanescentes de Quilombos. In: **Revista Palmares** – Fundação Cultural Palmares, Ministério da cultura. Brasília, DF, n. 5, p. 53-92, 2000a.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Formação da Identidade e Socialização no Limoeiro. In: **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, n. 63, nov, 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais/ Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000b.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social –Rio de Janeiro – Edições Graal, 1983 – Coleções Tendências; v. 4.